

# OS ÍNDIOS TUPINIKIM DO ESPÍRITO SANTO E O DESAFIO DE SER VISÍVEL NO SÉCULO XXI: PERSPECTIVAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>

SANTIAGO, Carla Marciele; SILVA, Micaela França<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa de natureza qualitativa que buscou compreender em que medida a educação infantil tem trabalhado o processo histórico dos povos indígenas e sua importância para a formação do povo brasileiro. Para isso, buscamos conhecer a aldeia Caieiras Velhas, localizada em Aracruz (ES), um índio desaldeado morador do município de Serra (ES) e realizar observações em dois Centros de Educação Infantil, ambos da Rede Municipal de Serra (ES), como campo de pesquisa. Para a coleta de dados utilizou-se a observação e a realização de entrevistas com alguns índios aldeados e um desaldeado. Do ponto de vista teórico esse estudo se sustenta em autores como: Vainfas (2000), Munduruku (2000), Fausto (2002), Borges (2003), Moreira e Perrone (2005), Teao e Loureiro (2009) e no que se refere à legislação a Lei nº 11.645/2008. Conclui-se que a história e cultura indígena ainda são retratadas nos processos educativos como práticas que sustentam os estereótipos de índios adornados com arco e fecha. Os resultados acentuam a necessidade de alterações nos livros didáticos e nas práticas pedagógicas quanto à temática, tendo em vista que esses materiais e as práticas e, sala de aula tratam os povos indígenas de maneira preconceituosa e equivocada que contribuem para perpetuar o preconceito e a discriminação sobre os indígenas.

**Palavras-chave:** Educação Indígena. Tupinikim. Lei 11.645/2008.

---

<sup>1</sup> O presente texto corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia e foi produzido como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

<sup>2</sup> Alunas do curso de Pedagogia da Faculdade Doctum de Serra turma 2017/1. E-mail: ciele.carla@hotmail.com/micaelafransil@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Nossa sociedade é composta de sujeitos de diferentes etnias, raças, credos e culturas vivendo e convivendo no mesmo espaço; com suas histórias que fazem parte da formação do povo brasileiro. Em busca dessas histórias, quando estudávamos no sexto período, na Disciplina “História e Geografia: Conteúdos e Metodologias” realizamos o trabalho sobre a História do município de Serra. Esse trabalho nos proporcionou conhecer um pouco da História dos povos indígenas do Espírito Santo.

Por meio desse trabalho passamos a conhecer o indígena como protagonista de sua história e pertencente à História do Brasil. Um cidadão que reivindica seus direitos a terra, à educação, à cultura, à saúde e busca a valorização de sua identidade. Este modo positivo de ser reconhecido, não foi estudado por nós, nos tempos de formação escolar, pois não era uma abordagem frequente nos livros didáticos. Além disso, em nossas pesquisas observamos que ainda se reforçam os estereótipos, os preconceitos e remetem a imagem de um povo genérico, protetor da natureza, ingênuo e ausente da sociedade.

Durante um diálogo informal sobre a temática indígena e os índios Tupinikim de Aracruz (ES) com algumas alunas do primeiro período de Pedagogia da Rede Doctum Serra 2017/1, notamos nas falas das discentes a curiosidade e o estranhamento ao saberem sobre o índio desaldeado e os processos de aculturação de alguns povos indígenas.

Em algumas dessas alunas prevalece à ideia do índio domesticado em alusão as práticas comuns à época da colonização. Ouvimos repetidas vezes a fala “nossa ele é índio de verdade” devido à existência de pessoas que se declaram indígenas no Ensino Fundamental, Ensino Médio e no Ensino Superior, causando espanto nas pessoas porque alguns não apresentam nenhuma característica física “indígena”.

Em nossos estágios na Educação Infantil começamos a observar as práticas pedagógicas e o olhar das crianças sobre os povos indígenas, surgindo então, nosso interesse pela temática para a realização do Trabalho de Conclusão de

Curso. A partir dessas considerações buscamos compreender: **Em que medida as escolas de Educação Infantil têm trabalhado o processo histórico dos povos indígenas e sua importância à formação do povo brasileiro?**

Esse artigo tem como objetivos específicos: conhecer por meio da literatura a história dos povos indígenas do Brasil e especificamente do Espírito Santo e do município de Serra; identificar se a Lei 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil são implementadas na Educação Infantil; conhecer a cultura e a história indígena do Espírito Santo, por meio das entrevistas com os indígenas em visita a aldeia; analisar sobre a construção da identidade dos povos indígenas na Educação Infantil por meio de suas práticas.

Entendemos que é relevante estudar os povos indígenas desde a Educação Infantil para que haja o conhecimento cultural, histórico, da origem do povo brasileiro e a valorização da diversidade desde a infância. Posto que as ideias de ausência desses povos, branqueamento ou suposto primitivismo que esconde o saber, povoam as práticas sociais. Convém lembrar que a história eurocêntrica deixou as margens a história e a cultura dos povos indígenas, sendo senso comum à reprodução da história do indígena seminu, domesticado, adornado, pintado ou aculturado.

Nossa pesquisa é organizada a partir dos estudos de Vainfas (2000), Munduruku (2000), Fausto (2002), Borges (2003), Moreira e Perrone (2005), Teao e Loureiro (2009) que discutem a história, as existências, as resistências e as conquistas que dos povos indígenas empreendem ao longo dos tempos.

No que se refere ao aspecto legal utilizamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Lei nº 11.645/2008 que inclui a abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar conforme alteração na redação do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9.394/1996) apresentada abaixo:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (BRASIL, 1996).

Uma vez que, a aprovação dessa legislação representa o reconhecimento étnico negado historicamente a esses povos e que precisa ser lembrado e valorizado nas práticas educativas escolares.

A pesquisa é de cunho qualitativo que segundo Godoy (1995, p.58):

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

E para a coleta de dados foi realizada observação em dois Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Serra, que foram denominados de **A** e **B**. Além disso, foram realizadas observações e entrevistas com os índios da Aldeia Caieiras Velhas localizada no município de Aracruz-ES e ainda uma entrevista com um índio desaldeado, morador do Município de Serra que chamaremos de **P**.

As observações conforme Gil (2008) desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. O mesmo autor aponta que a entrevista é “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 9).

Dentro do nosso campo de análise de pesquisa, mostraremos que os fatores históricos e culturais são fundamentáveis para alcançar os objetivos da pesquisa e é por meio deles que analisaremos os dados.

A escolha da aldeia Caieiras Velhas deve-se a alguns fatores: são indígenas Tupinikins, pertencentes ao maior grupo indígena, habitantes do litoral brasileiro, sofrendo assim, o maior processo de aculturação, por estar mais próximo dos colonizadores. E para maior compreensão dos dados foi realizada uma entrevista com um índio desaldeado, morador do município de Serra.

A partir dos estudos bibliográficos e da pesquisa realizada na Aldeia de Caieiras Velhas conhecemos que todo o processo de educação indígena consiste na valorização do ser indígena, na busca da identidade cultural, social e histórica, permanência no território e inserção social como qualquer cidadão brasileiro.

## **2 A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL**

Para que as práticas educativas consistam na valorização do povo indígena pertencentes à História do Brasil é necessário que os educadores possam buscar fontes confiáveis e conceituadas sobre a história e cultura dos povos indígenas brasileiros.

A partir da leitura e análise de algumas pesquisas pertinentes a temática indígena, apresentamos alguns aspectos significativos acerca desse assunto. Vainfas (2000) em seu texto sobre a História Indígena publicado no livro do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em comemoração aos 500 anos do Brasil diz que a história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento, segundo o autor no período colonial muitos acreditavam que os índios fossem descendentes das tribos perdidas de Israel, já outros duvidavam que fossem humanos.

Em relação aos jesuítas, o autor entende que “a lógica da catequese foi decisiva nas imagens dos nativos construídas a partir do Século XVI” (VAINFAS, 2000, p.37). O historiador se refere à metodologia aplicada pelos jesuítas que resultou no movimento que tentou a homogeneização que tinha como objetivo apagar as diferenças culturais entre os indígenas e os europeus.

Munduruku, escritor indígena, relata a dificuldade pessoal que teve quando criança para lidar com a situação preconceituosa, por parte dos colegas na escola, por ser índio. Segundo o escritor desde a chegada dos europeus os povos indígenas vêm sofrendo grandes transformações no seu cotidiano, afetando seu modo de viver e enxergar o mundo ao seu redor. No livro infantil Coisas de índio (2000) Munduruku aborda a cultura indígena valorizando a diversidade e a identidade do seu povo.

Fausto (2002) no livro “História Concisa do Brasil” relata a divisão étnica: indígena e trabalho escravo indígena. Segundo o autor os indígenas distinguem-se em dois blocos: os Tupis-guaranis e os Tapuias. Os Tupis-guaranis viviam no litoral do Ceará até o Rio Grande do Sul. Os Tupis também chamados de Tupinambás residiam à faixa litorânea do norte até Cananéia, no sul do atual Estado de São Paulo. Os Guaranis encontravam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia (São Paulo) e o extremo Sul (Rio Grande do Sul).

Diferentes grupos indígenas menores moravam em outros pontos do litoral, como os Goitacazes, na foz do rio Paraíba; os Aimorés no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo; os Tremembés na faixa entre o Ceará e o Maranhão. Esses grupos eram chamados pelos Tupis-guaranis de Tapuias, porque falavam outra língua.

Dado o início da colonização no Brasil, os portugueses começaram a fazer dos índios seus escravos, foram vítimas da violência e perda da liberdade em sua própria terra. A escravidão indígena permaneceu entre 1530 a 1600, tendo auge nos períodos entre os anos de 1540 e 1580.

Fausto (2002) aponta que a relação de “trabalho” entre portugueses e indígenas se deu por meio do escambo, os portugueses ofereciam objetos como: espelhos,

apitos, cordas, facas etc., em troca do trabalho indígena no corte e transporte do pau-brasil e farinha de mandioca. Em seguida a população indígena foi escravizada nos engenhos de açúcar e nas lavouras. Muitos senhores de engenhos organizavam expedições invadindo as tribos indígenas com arma de fogo levando consigo os fortes jovens indígenas.

O autor ainda destaca que a escravidão indígena teve embate com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização, ainda mais o trabalho compulsório. Os índios tinham uma cultura conflitante com o trabalho intenso e regular, pois faziam o necessário para sua subsistência, sua energia e imaginação eram acometidas nos rituais, nas celebrações e nas guerras (FAUSTO, 2002). Acerca das tentativas do trabalho escravo indígena Fausto (2002, p.23) aponta que:

Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias.

No entanto, durante o processo de escravização houve resistência de diferentes formas e ainda os índios foram vítimas de diversas doenças desconhecidas, pelo contato com o colonizador, levando-os a morte.

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório... Outro fator importante para se colocar em segundo plano a escravização indígena foi a catástrofe demográfica. Os índios foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica (FAUSTO, 2002, p.23).

Vale ainda destacar que as ordens religiosas tentaram proteger os índios da escravidão, brotando a partir daí atritos entre os padres e os colonos. Entretanto, não havia por parte da ordem religiosa respeito à cultura indígena. O padre Manuel de Nóbrega, dizia que “índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos, nos vícios e na maneira de se tratarem” (FAUSTO, 2002, p.23).

## 2.1 A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NO ESPÍRITO SANTO

Borges (2003) no livro “História da Serra” fala da história indígena no município de Serra e no território capixaba. O autor aponta que o massacre aos indígenas capixabas foi avassalador, o que causou a união dos Aimorés, Goitacazes e Tupiniquins para expulsar os colonos brancos.

Segundo o autor, “as hostilidades entre índios e portugueses se acentuaram na medida em que os colonizadores queriam obrigar os nativos para o trabalho na lavoura” (BORGES, 2003, p.16).

Cabe ressaltar que não consta nas cartas jesuíticas e tampouco em documentos, que a sociedade indígena demonstrava “preguiça” ao trabalho. Os índios simplesmente recusavam o trabalho escravo, pois o modo de vida deles, em sua maioria, era buscar por meios para subsistência, dedicando grande parte do dia aos seus rituais religiosos. Entretanto, este pensamento prevalece ainda nos dias de hoje.

Borges (2003) destaca que os índios Tupiniquins habitavam o litoral do município de Serra e eram os únicos índios da região até a chegada dos índios Termiminó que vieram do Estado do Rio de Janeiro em 1555. No ano de 1556, os índios Termiminós se fixaram na região do Mestre Álvaro e próximo ao Rio Santa Maria. O município de Serra teve origem com a união do chefe dos índios Termiminós Maracajaguaçu e o Padre Braz Lourenço, eles foram os fundadores do município.

Moreira e Perrone (2005) no livro “História e Geografia do Espírito Santo” escreveram sobre a história dos povos indígenas capixabas na época em que chegaram os primeiros europeus ao Estado. Segundo os autores a população indígena procedia de dois troncos e duas famílias linguísticas. O tronco Tupi-guarani era composto pelos povos Tupiniquim, Tupinambá e Termiminó, eles habitavam a faixa costeira e os vales do Rio Cricaré, Rio Doce, Rio Itapemirim e Rio Itabapoana. O tronco Jê era formado pelos povos Botocudos, Aimorés e Goitacazes, estes eram nômades, não permaneciam mais de quatro meses em um mesmo local, devido a essa constante transição eles colidiam com outras tribos da região.



As famílias linguísticas Mashacali, Patashó e Malali habitavam a região do Vale do Rio Cricaré, Rio Doce e o Rio Itaúnas. As famílias linguísticas Puri Coroado consideradas Macro-Jê habitavam o vale do Itapemirim, a região montanhosa de Castelo, Conceição de Castelo, Muniz Freire, Iúna, Alegre, Guaçuí e toda a Serra do Caparaó.

Os autores relatam que quando os índios Tupis avistaram uma caravela aproximando do Morro do Moreno tentaram impedir o desembarque, porém foram afastados por disparos de arma de fogo. O desembarque ocorreu e o local passou a ser chamado Vila do Espírito Santo. O cerco indígena era constante, poucos foram os indígenas que fizeram contatos por meio do escambo (MOREIRA; PERRONE, 2005).

Havia constantes enfrentamentos entre indígenas e europeus, os índios que sobreviveram fugiram para a Ilha de Santo Antônio, alguns pediram asilo em outras capitanias vizinhas, um pequeno grupo que subindo o mar alcançou a região de São Mateus, onde fundaram a vila em 1544, outros morreram na Mata Atlântica (MOREIRA; PERRONE, 2005, p.16).

Teao e Loureiro (2009) no livro “História dos índios do Espírito Santo”, falam sobre a História dos índios Tupinikim e Guarani, residentes no município de Aracruz-ES, destacando a conquista da TI (Terra Indígena). Segundo as autoras o Estado do Espírito Santo permaneceu por longo período cheio de florestas, devido à constante preocupação da coroa portuguesa após a descoberta de ouro em Minas Gerais, mantendo restrições ao avanço territorial e, as lutas com os índios, destacando os Botocudos do norte.

Nesse período assumir o nome índio e seguir os padrões culturais indígenas era arriscado. Portanto os índios capixabas, apesar da conscientização da sua identidade étnica, optaram declarar como caboclos ou mestiços protegendo sua vida e sobrevivência.

As autoras apontam que a região que vivia os índios era de mata virgem que permitia a agricultura, a coleta de frutas, a caça, e a pesca. Entretanto, na década de 1940 com a chegada da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), empresa de Cariacica iniciou-se a destruição da Mata Atlântica, a área foi desmatada e os índios passaram a conviver com posseiros.

Teao e Loureiro (2009) destacam mudanças significativas após a instalação da COFAVI, as espoliações das terras indígenas continuaram com a derrubada das matas, evidenciando o ponto crítico com a vinda da Aracruz Florestal em 1967. Nessa época os índios Tupinikim começaram a lutar contra a ocupação de seus territórios.

Devido a todo o processo de “aculturação” sofrido pelos índios Tupinikim sua rica cultura foi ficando no esquecimento com o passar do tempo. Segundo Teao e Loureiro (2009), os Tupinikim optaram pela sobrevivência quando deixaram no esquecimento seus costumes e tradições denominando-se como caboclos e mestiços. Essas atitudes foram necessárias para sobrevivência desses índios na atualidade; entretanto, trouxe um afastamento da cultura Tupi, assim chegando ao século XXI com uma invisibilidade de sua existência indígena.

A invisibilidade dos Tupinikim é marcante e presente na vida dos índios de Caieiras Velhas, levando a comunidade indígena ao processo de regaste histórico, cultural e linguístico como uma maneira de preservar sua riqueza cultural. O maior obstáculo enfrentando pelas lideranças da comunidade é dar continuidade na resistência indígena local, tendo em vista o desinteresse dos mais jovens em exercer sua identidade indígena.

### **3. O DIA 19 DE ABRIL E SUAS REPERCUSSÕES**

Nesse tópico apresentaremos os dados coletados durante a pesquisa de campo dividido em três partes: sendo a primeira parte as entrevistas dos moradores da Aldeia Caieiras Velhas localizada em Aracruz (ES); a segunda parte a entrevista do

índio desaldeado morador do município de Serra e a terceira parte referente às observações e entrevistas realizadas nos dois Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Serra. Para preservar o sigilo das entrevistas os sujeitos envolvidos serão identificados por letras, lembrando que os dois Centros Educacionais Infantis serão identificados pelas letras **A** e **B**.

### 3.1 ALDEIA DE CAIEIRAS VELHA

A aldeia Caieiras Velhas dos índios Tupinikim situa-se no norte do Espírito Santo no município de Aracruz. No ano de 2017 a comunidade de Caieiras Velhas, organiza um evento para comemorar o dia 19 de Abril, dia considerado como “Dia do índio” no calendário nacional, tendo como tema “*O grito de guerra de um povo de luta*”.



Foto 1 – Programação Festa do índio Caieiras Velha – Aracruz (ES).

No dia 19 de Abril, as crianças e alguns anciãos se caracterizaram com vestimentas feitas com taboa e adornos em comemoração ao “Dia do índio”. O evento foi iniciado com uma palestra realizada em uma cabana central da aldeia, sobre os direitos indígenas abordando a importância da comunidade está atenta a todas as mudanças governamentais a respeito dos direitos e territórios indígenas. Essa

palestra foi dada por uma autoridade indígena local e foi organizada pelo Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) da aldeia.



Foto 2 – Palestra na aldeia Caieiras Velha – Aracruz (ES).

Após a realização da palestra as crianças apresentaram uma dança (Kurumins e Guerreiros) junto à Banda de Congo.



Foto 3 – Dança Kurumins e Guerreiros, aldeia Caieiras Velha – Aracruz (ES).

Dando sequência foi apresentada uma dança organizada pelos adolescentes acompanhados pela Banda de Congo.



Foto 4 – Dança dos adolescentes Caieiras Velha – Aracruz (ES).

Havia exposição de maquete e fotografias produzidas pelos alunos do Ensino Fundamental da aldeia.



Foto 5 – Exposição de fotografias e maquete aldeia Caieiras Velha – Aracruz (ES).

Observamos o evento e aproximamos dos indígenas para buscar um diálogo com eles a respeito da história e cultura Tupinikim e ainda sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil da escola indígena local.

## ENTREVISTA DO ÍNDIO ALDEADO “A”

O índio aldeado “A” é atuante nos dos projetos realizados na aldeia voltados para a valorização da identidade indígena. Atualmente está estudando na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) cursando o curso de licenciatura intercultural indígena.

O índio “A” relatou que o ensino da história e cultura indígena nas escolas regulares não leva em consideração as mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorre durante todos esses anos com os povos indígenas, por isso, segundo ele quando existem visitas escolares na aldeia, é comum que os alunos esperem encontrar índios antigos com tangas, penas na cabeça, vivendo em ocas, com cocais e seminus. Porém, na Aldeia Caieiras Velhas os visitantes encontram casas de alvenaria, TV a cabo, fogão e roupas comuns da cidade e não acreditam que estão em uma aldeia indígena, porque não foi transmitido para essas crianças que nem todas as aldeias do Brasil os índios vivem em matas como viviam seus antepassados.

“A” diz que a culpa não é do professor, mas dos livros didáticos que não trazem as mudanças e influência dos europeus na cultura indígena desde o primeiro contato com os brancos até os dias de hoje. Ele propõe que os livros didáticos abordem a história indígena como uma linha do tempo desde 1500 até os dias de hoje. Ele justifica a razão de viverem em casas de alvenaria, devido à necessidade de protegerem suas casas das ações da natureza: poluição, devastação ambiental e violência. Esses fatores os levaram a modificar a moradia ao longo do tempo.

Sobre as histórias indígenas ele diz que são passadas por meio das rodas em volta de fogueiras e rodas de congo, essas rodas são realizadas pelos anciãos e transmitidas verbalmente para os mais novos. Segundo ele esses anciãos fazem

parte da liderança da aldeia que busca continuamente a preservação da história e da cultura dos Tupinikim de Caieiras Velhas.

Em relação à educação escolar indígena, ele aponta a necessidade de ter uma continuidade no ensino da comunidade, pois, a escola da aldeia é destinada a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, já o Ensino Médio os indígenas precisam recorrer a outras escolas no município de Aracruz ou municípios vizinhos, provocando, assim, a perda da identidade indígena dos jovens da aldeia.

## ENTREVISTA DO ÍNDIO ALDEADO “B”

O índio que será identificado como “B” é pedagogo com mestrado em Linguística pelo Museu Nacional – Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ) conversamos com ele a respeito da educação indígena. Ele diz que a educação escolar indígena é específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. E que a escola indígena de Caieiras Velhas busca constantemente desenvolver atividades pedagógicas voltadas à identidade histórica e cultural dos índios Tupinikim, com intuito de resgatar e valorizar as tradições Tupinikim.

Na educação escolar indígena trabalha-se primeiro a aldeia, o que há em volta, depois o Município, Estado, País e o Mundo. É ensinado o português e tupi-guarani, entretanto a aldeia ainda não é bilíngue estão em processo de resgate da língua materna. O pedagogo disse que utiliza os recursos encontrados na aldeia como: os rios, as plantações, contações de histórias, mitos e lendas narrados pelos anciãos da aldeia.

Segundo ele o dia 19 de Abril é a comemoração nacional do “Dia do Índio”, a data mundial é comemorada em 09 de Agosto. Nas duas semanas que antecedem o dia 19 de Abril os professores falam das lutas e gritos indígenas. O entrevistado “B” aponta que os indígenas precisam se manter resistentes devido a discriminação que enfrentam no dia a dia para que possam sobreviver na terra em que vivem e preservar a sua cultura.

## ENTREVISTA DO ÍNDIO ALDEADO “C”

Trata-se de uma estudante do curso de Pedagogia que já trabalhou na escola indígena local como auxiliar de turma. O entrevistado “C” diz que é muito importante o papel da escola na aldeia, pois quando as crianças ingressam na Educação Infantil, muitas descobrem nesse momento que são indígenas. Ele fala da graduação com brilho no olhar e relata que estuda para ajudar a aldeia no compromisso da conscientização, valorização e preservação da cultura Tupinikim.

## ENTREVISTA DO ÍNDIO ALDEADO “D”

O índio identificado como “D”, trata-se de uma anciã que é uma das primeiras moradoras da aldeia. Ela disse que os professores costumam convidar os mais velhos da aldeia para ir à escola ou levam as crianças até a casa deles para que as crianças ouçam sobre as lendas e os mitos do seu povo. Ela costuma falar com as crianças sobre a mulher que virava pata, os puxões de correntes que ouvia tarde da noite, e o caixão que ficava atravessado na estrada tarde da noite no caminho para a igreja católica.

Sobre o cotidiano e a vida na aldeia, a anciã conta que a comunidade passou por muitas mudanças, ela lembra quando chegou à aldeia só havia umas quatro casas bem distantes umas das outras no meio do mato. Com o passar do tempo foram chegando mais índios. Alguns indígenas saíram da aldeia para morar na cidade e quando retornavam já estavam casados com brancos o que gerou uma miscigenação tornando a aldeia mais branca do que indígena. A entrevistada diz que hoje na aldeia vivem muitas famílias de brancos misturadas com indígenas.

Contou que antigamente o acesso a aldeia era pelo Rio Piraquê-Açu, que é o maior manguezal da América Latina, esse rio passa pela Aldeia Caieiras Velha, quando alguém morria era colocado em uma canoa, com dois homens segurando o corpo um em cada extremidade da canoa, levado para o cemitério de Santa Cruz. Ela ainda relatou que o acidente ambiental ocorrido no dia 05 de novembro de 2015 na cidade de Mariana (MG), afetou o Rio Piraquê-Açu, impossibilitando aos moradores



da região a pesca dos mariscos, atividade que antes era o sustento de alguns indígenas.

## ENTREVISTA DO ÍNDIO ALDEADO “E”

O índio identificado como “E” possui a formação em magistério e já trabalhou na escola local e em outras escolas indígenas da região. Quando se refere à educação indígena ele expõe que a escola sempre foi voltada para a valorização cultural e identidade indígena. Relata que no início da escolarização indígena era permitido ter professor branco lecionando, depois a educação indígena passou a optar exclusivamente por professores indígenas.

Com isso, muitos moradores começaram a estudar buscando a graduação para dar aulas nas escolas e exercer outras funções dentro da comunidade. O entrevistado também trabalhou como professor na aldeia dos guaranis e afirma que a cultura deles é diferente dos Tupinikim mais vivem bem próximos uns dos outros.

## ENTREVISTA DO ÍNDIO ALDEADO “F”

O índio identificado como “F” trata-se de uma liderança indígena na comunidade e disse que o cacique é como se fosse o prefeito da aldeia, na falta dele a responsabilidade fica com o vice-cacique. É feita uma eleição, os candidatos são indicados ou se auto indicam. O pré-requisito necessário é frequentar as reuniões da comunidade, em que são tratados temas importantes para a comunidade indígena. É feita troca de cacique de dois em dois anos. Quanto ao vice-cacique da aldeia é seu papel buscar garantir direitos da aldeia como educação, saúde, informando a todos da comunidade o que esta acontecendo na aldeia e ao redor dela.

Ele destaca que a aldeia tem muitas dificuldades, principalmente relacionadas à saúde. Outra questão abordada por “F” na aldeia é quanto ao trabalho, não há recursos para todos trabalharem dentro da comunidade muitos indígenas trabalham fora da aldeia, por exemplo, o cacique é caminhoneiro e não estava participando da comemoração do “Dia do índio” devido ao trabalho.

### 3.2 O ÍNDIO DESALDEADO

Com base nas pessoas que se auto declararam indígenas no quesito cor ou nação e para os residentes em TI (Terras Indígenas), o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010 revelou que: das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 572 mil ou 63,8%, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5%, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas (IBGE, 2012).

A falta de políticas públicas nas comunidades indígenas aliadas a violência está levando alguns indígenas a buscarem espaço nas cidades. Esses indígenas que vivem fora da aldeia em área urbana são chamados de índios desaldeados. Conhecemos um indígena que vive há anos no município de Serra, portanto é considerado índio desaldeado, e nos referimos a ele como índio “P”.

Esse indígena é filho de um índio que nasceu na Aldeia de Caieiras Velhas no município de Aracruz (ES), quando jovem seu pai saiu da aldeia e se casou. Ele e seus irmãos foram reconhecidos como índios desaldeados pela unidade da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em Caieiras Velhas.

Segundo “P” os índios desaldeados conseguem realizar cursos financiados pela FUNAI e adesão as cotas, desde que possuam o reconhecimento pelo Ministério da Justiça e pela FUNAI. Para ser reconhecido como índio desaldeado é preciso ter o reconhecimento de indígena por uma autoridade da aldeia perante a Fundação Nacional do Índio.

A FUNAI é um órgão jurídico responsável por garantir direitos aos índios, que foi criada em 1967 pelo Governo Militar por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 substituindo o então Sistema de Proteção ao Índio (SPI).

Segundo o entrevistado, apesar de nunca ter vivido na aldeia, se sente em casa quando lá está, pois, gosta de ficar cercado pela natureza e animais. Os índios em grande parte são cismados com o que não conhecem. Relatou também que não mora na aldeia devido aos conflitos, porém quando lá está, é bem recebido pelo

cacique e por todos. Apesar de não viver e nem falar a língua tupi, ele diz que se sente orgulhoso por pertencer à etnia indígena.

### 3.3 CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “A” E “B”

A pesquisa foi realizada durante duas semanas do mês de abril de 2017 em dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) no município de Serra, que serão identificados como A e B. No CMEI “A” as observações foram realizadas no turno matutino e no CMEI “B” no turno vespertino, uma semana antes e outra depois do dia 19/04 considerado como “Dia do Índio”. Os CMEIs “A” e “B” estão localizados em bairros próximos, possuem unidades bem estruturadas, profissionais qualificados e materiais didáticos diversos e atuais.

O CMEI “A” trabalha com crianças de 3 a 5 anos, nos horários matutino e vespertino, as observações foram feitas no período matutino. No que se refere à temática indígena no CMEI “A” aborda a história e a cultura dos povos indígenas somente no dia 19 de Abril com atividades de confecções de cocar, pintura no rosto, contação de histórias indígenas e vídeos de desenho sobre o índio. Essas atividades foram planejadas pelas professoras do grupo III ao grupo V com a pedagoga.

Uma das professoras relatou que a abordagem da história e cultura indígena é importante, entretanto só ocorre no dia 19 de Abril na data comemorativa, porque é o “Dia do Índio”. As crianças retornam para suas casas “adornadas” de índios.

O CMEI “B” trabalha com crianças de 3 a 5 anos, nos horários matutino e vespertino. As observações foram feitas no turno vespertino durante duas semanas do mês de Abril. No que se refere à temática indígena no CMEI “B” a pedagoga diz que a instituição aborda a história e cultura dos povos indígenas em todo o ano letivo utilizando o livro Abaré de autoria de Graça Lima. Essa obra conta a história de um índio e suas aventuras na floresta, o livro é de imagens não contém palavras; são imagens de um menino índio seminu, brincando com animais em meio à floresta.

Nas duas semanas de observação as professoras desenvolveram atividades relacionadas aos projetos de outras temáticas. No dia 19 de Abril não desenvolveram nenhuma atividades a respeito da temática indígena. Segundo a pedagoga o Dia do índio é lembrando nas aulas, não necessariamente no dia comemorativo. E nessa escola não confeccionam nenhum material, pois, reproduzi-los na escola é estereotipar, rotular o índio com esses adornos.

A pedagoga destaca que o CMEI não desenvolve atividades específicas de datas comemorativas. E que são desenvolvidas mostras culturais, onde cada turma apresenta atividades relacionadas à diversidade cultural da população brasileira.

#### **4 PERSPECTIVAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Tantos os indígenas quanto às crianças da Educação Infantil devem ser respeitadas em suas singularidades. Os indígenas com relação a sua história, sua cultura e sua identidade. A criança deve ser oferecida a oportunidade de conhecer essa história na perspectiva de uma educação para a cidadania, assegurando o conhecimento de mundo. Do mundo inclusivo, favorecendo a convivência e o respeito a todas as etnias, assegurando os direitos e o acesso ao conhecimento e reconhecimento do outro como válido, visível no espaço público.

Nessa perspectiva trazemos o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs). A proposta pedagógica e a criança indígena que diz:

Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

- Proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;
- Reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;

- Dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas socioculturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;
- Adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena (BRASIL, 2010).

É necessária informação sobre as práticas pedagógicas referentes à temática indígena na Educação Infantil, todas as crianças possuam direitos educacionais inclusive as indígenas. A Lei nº 11.645 sancionada em 10 de Março de 2008 torna obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, em espaços públicos e privados. A partir dessa Lei os conteúdos curriculares deverão incluir o estudo dos aspectos culturais e históricos dessas etnias.

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

A inserção de determinações das legislações no currículo escolar é necessária para romper com os estereótipos de indígenas “aculturados” e trazer propostas pedagógicas possibilitando um trabalho interdisciplinar tendo em vista a valorização da diversidade histórica e cultural brasileira. Partindo dessa premissa de novas práticas pedagógicas na Educação Infantil, analisamos os dados obtidos durante a pesquisa.

Observamos as práticas pedagógicas nos CMEIs, durante duas semanas do mês de abril de 2017 em horário matutino no CMEI **A** e no turno vespertino no CMEI **B** e verificamos que:

O CMEI **A** possui práticas que remetem aos estereótipos indígenas trabalhadas somente na data comemorativa com atividades de pinturas, adornos e vídeos de índios na floresta seminus. Já o CMEI **B** possui práticas que são trabalhadas no decorrer do ano letivo utilizando o livro Abaré de acordo com a pedagoga, no entanto, não identificamos práticas relacionadas às questões étnico-raciais na prática pedagógica dos profissionais que atuam na instituição.

Vale destacar que o personagem principal do livro utilizado no CMEI **B** é um índio que vive na floresta que faz descobertas por onde passa. Ele descobre as diferenças de cada espécie que vive na floresta, ou seja, o índio não é retratado em sua totalidade o livro faz referência à representação humanizada da natureza quando em contato com os índios.

Partindo do pressuposto de que deveria ser trabalhado em sua essência verificamos que a diversidade dos povos indígenas e a formação do povo brasileiro não são trabalhadas em suas peculiaridades em ambos os CMEIs. Considerando as obras de Munduruku que retrata a diversidade cultural indígena, seus costumes, tradições, valorizando e conscientizando seus leitores quanto à importância da cultura indígena e seu papel na história do Brasil percebemos que poucos livros infantis retratam a diversidade indígena respeitando sua história e cultura.

Finalmente, cabe mencionar que um trabalho voltado para a identificação histórica irá contribuir para a compreensão que não são “os indígenas” e sim diversas etnias indígenas distintas, é necessário fazer essa diferenciação entre as diversas famílias linguísticas. Dessa maneira o entendimento histórico propiciará uma nova visão dos povos indígenas desde a infância, desmistificando as visões preconceituosas e estereotipadas que fizeram e fazem parte do imaginário da população brasileira até a atualidade.

De acordo com Teao e Loureiro (2009, p.29) as histórias locais do Espírito Santo e as histórias do contexto nacional tratam o índio de forma preconceituosa e equivocada e contribuem para perpetuar o preconceito e a discriminação para com os povos indígenas.

Considerando a necessidade de formação para os profissionais da educação do município de Serra em 2017, a Secretaria de Educação Municipal organizou uma formação destinada aos professores da rede com o seguinte tema “Educação para as Relações Étnico-raciais e Diversidade: Diálogos Necessários”, com objetivo de contemplar a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 e ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER). Para essa formação foram 3.726 inscritos para 150 vagas.

A formação ocorreu por meio da abordagem sobre questões raciais e da história da África até a mídia e racismo. Sobre os povos indígenas é pouco abordado, pois 67% da população da Serra se autodeclara negra (pardos+pretos) e o curso é especificamente de formação contínua para profissionais da educação da rede municipal. Na rede pública da Serra 90% dos estudantes são negros fenotipicamente.

Nessa medida pode-se afirmar que mesmo com a Lei 11.645/2008 abordando a obrigatoriedade no Ensino Fundamental e Ensino Médio tanto da temática afro-brasileira como a indígena, a questão indígena acabando ficando em segundo plano. O que reafirma a necessidade de se trabalhar com práticas educacionais interdisciplinares que abordem tanto os povos europeus e africanos quanto os povos indígenas, visto que esses grupos são responsáveis pela formação do povo brasileiro.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A valorização, a identidade e o reconhecimento dos indígenas enquanto “povo brasileiro”, se deve as resistências ao longo dos anos, empreendidas pelos

movimentos indígenas e pelas determinações das legislações que, devem ser consideradas na sociedade, principalmente nas escolas. Identificamos que o processo de aculturação é bem presente, no entanto, o movimento contrário, existe. Em varias ocasiões, os indígenas tentam resgatar suas tradições e costumes, principalmente, no tocante a língua tupi, na escola indígena e em dias festivos, como no dia 19 de abril.

Nesse sentido, é importante realizar estudos e pesquisas sobre as práticas pedagógicas envolvendo a questão indígena na Educação Infantil, pois, ambas receberam destaque desde a aprovação da Lei nº 9394/1996 (Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional); que garante a inclusão da Educação Infantil na Educação Básica. E pela primeira vez trata a Educação Infantil Indígena de acordo com suas especificidades.

O desafio da escola é a formulação de projetos e práticas pedagógicas que garantam o acesso ao conhecimento das crianças como sujeito social, histórico, político, que vive em uma cultura e reelabora culturas, possibilitando a ampliação de seu universo cultural, que inclui todas as histórias e, especialmente, em nosso caso, as questões indígenas de ontem e de hoje, visibilizando os indígenas no século XXI de forma cidadã, sendo uma mudança de perspectiva no campo da educação e dos estudos desses povos.

Compreendemos a partir da pesquisa que nas escolas de Educação Infantil do município de Serra as práticas pedagógicas com relação à temática indígena reforçam os estereótipos dos índios com arco e flecha, pintados, adornados e pertencentes ao passado longínquo, mantendo o não reconhecimento da história e cultura indígena.

A Lei nº 11.645/2008 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena nas unidades escolares, segundo a Secretaria da Educação de Serra está em processo de implementação. O processo de implementação da legislação deve ser considerado com ressalvas, uma vez que a própria Secretaria de Educação de Serra ao organizar uma formação, em 2017, contempla a temática afro-brasileira baseada no quantitativo de negros do município, desconsiderando os povos



indígenas, suas histórias, além disso, cabe destacar que no município de Serra moram índios desaldeados.

Concluimos que a história e cultura indígena, ainda são retratadas nos processos educativos com práticas que sustentam os estereótipos de índios adornados. Os resultados acentuam a necessidade de alterações nos livros didáticos, nas práticas pedagógicas quanto à temática, tendo em vista que os mesmos tratam os povos indígenas de maneira preconceituosa e equivocada são aqueles que contribuem para perpetuar o preconceito e a discriminação sobre esse povo. E ainda cabe destacar que o combate a essas práticas se dá por meio do processo de formação dos profissionais de educação e nas informações que são repassadas aos alunos em sala de aula.

## 6 REFERÊNCIAS

BORGES, Clério José. **História da Serra**. Vila Velha/ES: Gráfica e Editora Canela Verde, 2003.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de Dezembro de 1967. Autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília/DF, 5 dez. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5371.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Presidência da República**, Brasília/DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 20 de set 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-

Brasileira e Indígena”. **Presidência da República**, Brasília/DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

**INSTITUTO** Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Publicado em 10 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2194&busca=1&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274>> Acesso em: 04 jun.2017.

LIMA, Graça. **Abaré**. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

MOREIRA, Thaís Helena Leite; PERRONE. Adriano. **História e Geografia do Espírito Santo**. Vitória/ES: Gráfica Sodré, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. **Coisas de Índio**: Versão Infantil. São Paulo: Callis, 2000.

TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. **História dos índios do Espírito Santo**. Vitória/ES: Editora do Autor, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. História indígena: 500 anos de despovoamento. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

## **ABSTRACT**

This article results from a qualitative kind research that looked up to understand to what extent the infant education have been working on the historical process of the indigenous people, and its meaning for the formation of the Brazilian people. For this, we went after knowing the village of CaieirasVelhas, located in Aracruz (ES), an unaldean indigenous resident of Serra city (ES) and observations in two Infant Educational Centers, both from the city network of Serra city (ES), as research field. For the data collect, observations and interviews with some aldean and one unaldean indigenous were used. The theoretical point of view sustains itself on authors like Vainfas (2000), Munduruku (2000), Fausto (2002), Borges (2003), Moreira (2005), Teao and Loureiro (2009), and the legal aspect on the 11.645/08 law. Concludes that the history and the indigenous culture are still portrayed at the educative processes with practices that sustain the arrow and bow ornate indigenous stereotype. The results accentuate the need of changing at the didactic books and the pedagogic practices to the thematic, having in view that those things treat the indigenous people in a prejudiced and mistaken way that contributes to perpetuate the preconception and discrimination about the indigenous.

**Keywords:**Indigenous Education. Tupinikim.11.645/08 law.